A EDUCAÇÃO COMO TAREFA SÓCIO-POLÍTICA: UM ESTUDO SOBRE O TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR

Makeliny Oliveira Gomes Nogueira – PUC/SP – akeliny@gmail.com[1]
Ana Mercês Bahia Bock – PUC/SP – anabock@terra.com.br[2]

RESUMO: O presente estudo está sendo desenvolvido no mestrado em Educação: Psicologia da Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP e tem como objetivo pesquisar a presença da dimensão sócio-política na formação docente, trazendo para o debate a reflexão sobre a finalidade do trabalho educacional e caracterizando sua presença nos cursos de formação de Pedagogos. Nessa pesquisa, partimos da hipótese de que o trabalho de todo professor apresenta uma dimensão sócio-política, porém, a questão que se coloca é a clareza que o professor tem dessa presença e os aspectos que caracterizam a posição política implícita no trabalho educacional. Na busca de compreender e caracterizar essa presença no trabalho dos docentes do curso de Pedagogia investigamos a compreensão que o docente-formador de outros docentes tem da relação entre a educação e a sociedade. Para ilustrar esse estudo, aplicamos um questionário e analisamos os programas das disciplinas de professores de universidades públicas e privadas para tentarmos compreender seu pensamento sobre a finalidade de seu trabalho, os aspectos que compõem suas principais preocupações e diretrizes para a formação que desenvolvem e como vêem a relação de seu trabalho com as necessidades e urgências da sociedade. Num segundo momento, realizaremos entrevistas com os professores, para aprofundamento de questões relativas ao questionário e

[1] Licenciada em Filosofia, Pós-Graduada em Psicopedagogia, em Educação Especial e em Educação e Desenvolvimento Humano; Mestranda em Educação: Psicologia da Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, sob orientação da prof.ª Dr.ª Ana Mercês Bahia Bock. (Bolsista Capes)

[2] Psicóloga, Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, professora titular do Departamento de Psicologia Social da Faculdade de Psicologia e professora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP.

ao programa das disciplinas, portanto, os dados aqui apresentados, são preliminares, uma vez que a pesquisa ainda está em andamento. Nossa perspectiva é contribuir para a visibilidade e compreensão da dimensão sócio-política do trabalho educacional, fortalecendo sua presença como aspecto integrante da formação docente.

Palavras-Chave: Formação docente. Trabalho Docente. Dimensão Sócio-Política.

INTRODUÇÃO

As questões que envolvem a formação e o trabalho docente vêm tomando corpo e estão atualmente no foco das discussões educacionais, não só no Brasil, como também em toda a América Latina e em vários outros países, tais como: Portugal, França, Suíça, Canadá, Estados Unidos, entre outros. A crise mundial pela qual passamos com relação à profissão docente, devido, entre outras coisas, à indefinição do seu papel perante os desafios e tensões da pós-modernidade, tem repercutido numa formação docente precária, e talvez, por isso mesmo, este assunto vem despertando o interesse de vários pesquisadores no âmbito nacional e internacional.

Assim, na presente pesquisa, tem-se por objetivo investigar a formação e o trabalho docente, trazendo para o debate a reflexão sobre a finalidade do trabalho educacional e caracterizando a presença da dimensão sócio-política nos cursos de formação de Pedagogos, como contribuição essencial ao processo de *tornar-se* um professor consciente de sua tarefa enquanto educador.

Para tanto, partimos da hipótese de que o trabalho de todo professor apresenta uma dimensão sócio-política, porém, a questão que se coloca é a clareza que o professor tem dessa presença e os aspectos que caracterizam a posição política implícita no trabalho educacional. Na busca de compreender e caracterizar a presença da dimensão sócio-política no trabalho dos docentes do curso de Pedagogia investigamos a compreensão que o docente-formador de outros docentes tem da relação entre a educação e a sociedade.

A opção pela docência no ensino superior em Pedagogia, como campo de investigação, levou em conta que este é um segmento que deveria preparar professores para o exercício pleno da docência, mas que não tem atingido tal objetivo.

Para desenvolvermos essas reflexões, partimos do pressuposto de que os professores necessitam passar por um processo de formação onde sejam preparados para o exercício pleno da docência, compreendendo o significado e a relação do que fazem em sala de aula, com a manutenção do status quo ou com a transformação da sociedade.

Para iniciarmos, faz-se necessário aprofundarmos nosso olhar sobre a relação entre a educação e a dimensão sócio-política, no contexto da educação brasileira, sob a luz de alguns autores nacionais e internacionais que se debruçaram sobre o tema. Assim, passaremos a investigar o processo de formação e trabalho docente destacando sua dimensão sócio-política[3] e buscando compreender a questão educacional mais ampla em que se insere o educador e a educação.

EDUCAÇÃO COMO TAREFA SÓCIO-POLÍTICA

Infelizmente, a instituição escolar tem proporcionado uma visão muito parcial das coisas, ou seja, quem vem determinando *o que, quando, como, onde e por que* educar é a classe dominante, através do poder e do controle dos aparelhos ideológicos, como por exemplo, a imprensa, as instituições penais, o sistema de partidos, o exército, a mídia, as religiões, a família, os aparelhos jurídicos e é claro, a instituição escolar.

[3] A palavra política pode ser compreendida por nós, hoje, como o resultado de um longo processo sócio-histórico que se inicia com a criação da polis (cidade-estado) grega. O termo "política" foi cunhado a partir da atividade social desenvolvida pelos gregos em sua polis, e "remete à cidade, ao coletivo, ao discurso, à cidadania, à soberania, à lei". (Maar, 2006, p.30). Podemos falar em outras variações do termo que foram surgindo ao longo dos séculos para o termo política, tais como: arte de bem governar, habilidade no trato das relações humanas, poder de persuasão, domínio da retórica, e outros sentidos não tão positivos que povoam o senso-comum hoje, como: abuso de poder, desvios de verbas, corrupção, entre tantos outros. No entanto, nos deteremos neste trabalho, a estudar a política como uma das dimensões necessárias na formação e no trabalho docente. Dessa forma, entendemos por "dimensão sócio-política" a práxis consciente do ato educativo que abarca uma formação e uma visão sócio-crítica da realidade, através da qual os educadores compreendem as relações entre a Escola e a Sociedade, mas também, entre os conteúdos que ensinam em sala de aula e os reflexos disso fora da instituição escolar.

Percebemos neste contexto a fragilidade e a indefinição do trabalho docente, não só devido às políticas educacionais impostas às instituições escolares, mas também pelos próprios professores como atores principais da profissão docente, perdidos em meio à crescente massificação do magistério em todos os níveis. Neste sentido, faz-se urgente e necessária a discussão e compreensão dos fenômenos que causam essa condição precária.

Gadotti (2005) explicita que apesar do problema central continuar sendo a relação da Educação com a Sociedade, é necessário colocar a questão política que, segundo ele, significa também afrontar graves questões: "para que serve o que aprendemos? Para quem é e contra quem é? Para que serve a escola?" (p.78). Segundo ele, "a formação do novo educador se dará a partir de uma sólida formação política e social" (p.79).

Neste sentido, pensar a dimensão sócio-política da formação docente é pensar num educador com consciência pessoal daquilo que se espera da educação e da contribuição que ele pode dar a partir de seu trabalho docente, para a realização da transformação social.

Dessa forma, a formação do educador, deve prepará-lo para que ele possa, "mediante o exercício de sua função, estender essa consciência aos educandos, contribuindo para que vivenciem a dimensão coletiva e solidária de sua existência" (Severino, 2003, p.78). Neste sentido, Severino (2001) afirma que:

> A educação precisa garantir aos educandos clara percepção das relações de poder na realidade histórica da sociedade. Sem tal compreensão, os sujeitos não entenderão o significado de seu existir. Daí que o trabalho educativo deve subsidiar os estudantes para desvendar os vieses ideológicos do processo. Mediante a crítica aos sentidos falseados, a educação pode contribuir para a formação de nova consciência social nos educandos. Só assim a educação evitará a reprodução social e atuará como força de transformação, contribuindo para extirpar os focos de alienação (p. 89).

Neste viés, surge a necessidade do "educador ser um agente político que deve afirmar-se como sujeito na construção de sua cidadania e de seus

educandos" (Idem) Porém, na formação de professores, temos um currículo que abrange geralmente as dimensões teóricas, técnicas e pedagógicas da formação docente, deixando de lado as outras dimensões necessárias à constituição de uma formação e de um trabalho docente realmente efetivo, já que todas as dimensões têm um papel extremamente importante na educação do educador. Contudo, acreditamos que a dimensão sócio-política é a que diz respeito à relação da educação com um projeto de sociedade e de sujeito que se quer incentivar com ela; é aqui o âmbito da construção, pelo educador, de seu projeto de transformação social. Sem se dar conta da presença dessa dimensão, o educador assume um papel ingênuo de mero transmissor do conhecimento, sem contribuir com uma mudança qualitativa na sociedade, já que a mudança, segundo Fernandes (1987), em qualquer sociedade é um processo político.

Fernandes coloca que "(...) para o educador pensar em mudança, tem que pensar politicamente, pois, os educadores, mais até que os políticos são pessoas que convivem com os problemas essenciais da sociedade ao nível político" (Fernandes, 1987, p.27).

> (...) daí a necessidade de o professor, no seu cotidiano, ter uma consciência política aguda e aguçada, firme e exemplar (...) ele precisa ter instrumentos intelectuais para ser crítico diante da realidade e para nessa realidade, desenvolver uma nova prática, que vá além da escola (Idem, p.30).

Tais colocações demonstram, a priori, a necessidade de uma formação sócio-política na formação docente, porém, segundo Giroux (1988):

> As instituições de treinamento de professores (...) têm, historicamente, se omitido em seu papel de educar os docentes como intelectuais. Em parte, isto se deve à absorção da crescente racionalidade tecnocrática que separa teoria e prática e contribui para o desenvolvimento de formas de pedagogia que ignoram a criatividade e o discernimento do professor. Aquela omissão também é resultado da predominância de teorias e formas de liderança e organização escolar que dão aos docentes pouco controle sobre a natureza de seu trabalho. (...) Na

> maior parte dos programas de formação para o magistério, a ênfase em se obter, dos futuros educadores, o domínio de técnicas pedagógicas, geralmente evita questões sobre os objetivos e anula o discurso da crítica e da possibilidade (p. 23-24).

Isso se repete quando nos voltamos para os cursos de formação, já que, no histórico brasileiro sobre formação docente, não há segundo Fernandes (1987, p. 20) nenhuma matéria que diga respeito à capacitação política do educador, para enfrentar e compreender o seu papel social. Rios (2007) acrescenta, que por tal motivo, os próprios educadores não têm muito interesse ou clareza da dimensão política de seu trabalho.

De acordo com Fernandes:

> O professor precisa estar armado com uma consciência política exemplar. Ele é uma pessoa que está em tensão política permanente com a realidade e só pode atuar sobre essa realidade se for capaz de perceber isso politicamente (...) O professor precisa se colocar na situação de um cidadão de uma sociedade capitalista subdesenvolvida e com problemas especiais, nesse quadro, reconhecer que tem um amplo conjunto de potencialidades, que só poderão ser dinamizadas se ele agir politicamente se conjugar uma prática pedagógica eficiente a uma ação política da mesma qualidade (Fernandes,1987, p.31).

Giroux (1997), analisando o trabalho e a formação de professores norte americanos, aponta a necessidade de termos o educador como intelectual[4], crítico e transformador. De acordo com ele, o educador com tais características, reconhece-se como sujeito capaz de provocar mudanças, pois, além de manifestar-se contra as injustiças econômicas, políticas e sociais dentro e fora da escola, também trabalha para criar condições que dêem aos estudantes a oportunidade de tornarem-se cidadãos também críticos e transformadores.

[4] Intelectual é alguém que conhece seu campo e tem uma larga visão sobre outros aspectos do mundo; alguém que usa sua experiência para desenvolver teorias e questões e que volta a interrogar a teoria com base em maior experiência. Intelectual é também alguém que tem coragem para questionar a autoridade e que se recusa a agir contra sua própria vivência e julgamento (Kohl, apud Giroux, 1988, p. 27)

Esses intelectuais transformadores têm, para esse autor, "(...) a tarefa central (...) de tornar o pedagógico mais político e o político mais pedagógico" (Giroux, 1988, p. 32).

Nesse contexto, o conceito de intelectual para Giroux:

> (...) fornece a base teórica para o questionamento das condições ideológicas e econômicas sob as quais os intelectuais, como um grupo social, precisam trabalhar a fim de funcionarem como seres críticos, reflexivos e criativos. Este último ponto reveste-se de uma dimensão normativa e política e parece especialmente relevante para professores, pois, se acreditamos que o papel da docência não pode ser reduzido ao mero treino em habilidades práticas, mas envolve a educação de uma classe de intelectuais vital para o desenvolvimento de uma sociedade democrática, então a categoria de intelectual, torna-se uma forma de integrar o objetivo da educação do professor, a escola e o treinamento em serviço àqueles mesmos princípios necessários para o desenvolvimento de uma sociedade e de uma ordem democráticas (Giroux, 1988, p. 23).

Porém, segundo esse autor

> Muito freqüentemente, os programas de formação de professores perdem a visão da necessidade de educar os estudantes para se tornarem profissionais críticos, mas desenvolvem cursos que focalizam os problemas imediatos da escola e que substituem, pelo discurso do gerenciamento e da eficiência, a análise crítica das condições subjacentes à estrutura da vida escolar (Giroux, 1988, p. 14).

Nessa perspectiva, um conteúdo crucial na formação de qualquer cidadão é a formação política, principalmente se estivermos tratando da formação de educadores, algo mais necessário ainda, quando esses cidadãos contribuem para a formação de outros, como é o caso dos profissionais da educação, pois como bem adverte Fernandes (1987, p. 14) o caráter político do que o educador faz ou deixa de fazer influencia sensivelmente o meio social.

Concordamos com Giroux (1988), quando esse autor coloca que:

> Os professores devem responsabilizar-se ativamente por levantar questões sérias sobre o que ensinam, como devem desempenhar papel importante na definição dos propósitos e das condições da escolarização. Tal tarefa é impossível dentro da divisão de trabalho, onde os docentes têm pouca influência sobre as condições econômicas e ideológicas de sua atividade. Há também uma crescente tendência política e ideológica (...) para afastar os professores e os alunos de seu contexto e de suas experiências culturais, em nome de abordagens pedagógicas que tornarão o processo escolar mais instrumental (...). O conceito do professor como intelectual pode fundamentar uma postura teórica para a luta contra esse tipo de imposição ideológica e pedagógica (Giroux, 1988, p. 22).

Sob essa ótica, mais que um compromisso pessoal e profissional há de se ter um compromisso político-social na docência, já que, o despertar da dimensão política contribui significativamente com o papel profissional em seu exercício para a transformação social. Essa consciência política docente deve gerar uma ação-reflexão (práxis) que não se restringe a 'sala de aula', mas que deve fazer-se presente no seio da instituição escolar e do trabalho docente, permeando todas as suas atividades. Dessa forma, o educador "fazendo 'prática social', está exercendo seu papel específico na sociedade, que é vincular o *ato educativo* ao *ato político*, a teoria e a prática da transformação" (Gadotti, 2005, p. 54).

Acreditamos que neste sentido, ao politizar o conceito de formação e trabalho docente e ao desvelar a natureza ideológica por detrás do processo educativo, torna-se possível questionar qual *a tarefa sócio-política da educação* enquanto categoria de transformação social, e ainda, *qual a função social do próprio trabalho docente*.

Importante salientar que esta tarefa transformadora não é exclusividade da educação, pois existem condicionantes que incidem sobre ela. Mas, em seu papel, a educação precisa encontrar sua função

formadora, transformadora, histórica, capaz de levar o indivíduo longe do individualismo, com um ideal humano superior, coletivo, consciente e livre.

A INVESTIGAÇÃO

Ao investigar a formação e o trabalho dos docentes-formadores, partimos do pressuposto de que a relação sociedade – instituição escolar é sempre presente nas práticas educacionais, apontando para um determinado tipo de sociedade; incentivando determinado tipo de sujeito, de cidadão. Ou seja, o docente ao construir seu projeto de formação e desenvolvê-lo, sempre estará indicando para uma direção social; seu trabalho estará sempre vinculado a um dos projetos sociais existentes e em disputa na sociedade. Mas ele pode não ter clareza desta relação e desta presença, tornando-se um profissional acrítico, que sem perceber reforça com seu trabalho concepções dominantes.

Neste contexto, surgiu a necessidade de ilustrar a pesquisa, buscando a participação dos docentes-formadores de cursos de Pedagogia de Universidades brasileiras, sendo duas públicas e duas privadas, dividindo-se as públicas em dois blocos: federais e estaduais e as privadas em mais dois blocos: as que têm fins lucrativos e as que são comunitárias ou confessionais.

As Universidades foram assim escolhidas, para que pudéssemos ter uma amostra de professores de Universidades públicas e privadas. Além desse critério, utilizamos mais dois critérios na escolha: a facilidade de acesso às Universidades e aos professores, como também, a diferença no tipo de alunos que cada uma possui, visto os diferentes conceitos obtidos por tais Universidades nos resultados do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade)[5], que integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), do Ministério da Educação (MEC).

[5] O ENADE tem como objetivo aferir o rendimento dos alunos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências. Faz parte desse exame a avaliação do Indicador de Diferença de Desempenho (IDD), que mede, analisa e avalia o conhecimento agregado pelos cursos, em função do crescimento intelectual e cultural do estudante. Nesse item, a avaliação é feita numa escala de um a cinco, os cursos que tenham conseguido apenas notas 1 ou 2 estão passiveis de ações administrativas que deverão ser reavaliados em aspectos importantes, como contratação de professores,

A escolha dos professores se deu pelo tempo de experiência docente no ensino superior. Os oito professores participantes desse estudo têm mais de 12 anos de experiência, além disso, outro critério utilizado é a formação para docência no ensino superior, dessa forma, selecionamos apenas professores com doutorado e pós-doutorado.

Para a produção dos dados construiu-se um questionário com perguntas abertas e fechadas e buscou-se a natureza qualitativa de investigação. Os aspectos do questionário dizem respeito à caracterização do docente e à sua posição sobre a questão estudada, ou seja, sua compreensão sobre a presença da dimensão sócio-polítca na educação. A aplicação do questionário, a análise dos programas e as entrevistas individuais com os docentes-formadores (ainda em fase de coleta de dados), têm o caráter de investigar a percepção destes professores quanto ao tipo de formação que procuram oferecer aos futuros pedagogos. Qual enfoque é dado à formação docente, dentro da sua disciplina e, como esses docentes acreditam poder contribuir com a tarefa sócio-política da educação.

Tais colocações nortearam uma investigação minuciosa a respeito das questões levantadas no questionário, à luz da teoria que fundamenta essa pesquisa.

> (...) considera-se que abrir mão da teoria significa reduzir a investigação ao senso-comum, conformá-la tão-somente às histórias e relatos do quotidiano, às narrativas exaustivamente descritivas, ou de forte teor psicologista, ao simples levantamento de dados fenomênicos, ou à mera estratégia de intervenção, tolhendo (ou impedindo) a capacidade de apreensão das relações entre os fenômenos empíricos, das forças e poderes que neles se fazem presentes, mas cuja apreensão requer que se busque relações entre e para além deles (Mancebo, 2007, 477).

---

bibliotecas atualizadas, currículos mais pertinentes à realidade de hoje no Brasil e no mundo. Foram utilizados nesse estudo os dados do ENADE 2005, onde foram avaliados cursos de graduação em todo o país, por ser o único que faz referência ao curso de Pedagogia. Maiores informações sobre o ENADE podem ser obtidas no site: <http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/edusuperior/enade/arquivo08.htm>.

Assim, no contexto de análise da formação e do trabalho docente, no ensino superior, destacamos algumas falas dos professores-formadores de cursos de Pedagogia, fazendo um recorte da pesquisa e confrontando a teoria e a prática, na tentativa de estabelecer entre elas o fértil diálogo, capaz de iluminar este estudo.

DISCUTINDO OS RESULTADOS: A VOZ DO SUJEITO DA PESQUISA À LUZ DE ALGUNS AUTORES

Para iniciarmos a discussão dos dados obtidos nesta pesquisa, buscamos o delineamento da visão dos sujeitos a cerca da prática que exercem e da clareza que os professores-formadores têm da presença da dimensão sócio-política, assim, como os aspectos que caracterizam a posição política implícita no trabalho educacional. Na busca de compreender e caracterizar essa presença no trabalho dos docentes do curso de Pedagogia, investigamos a compreensão que o docente-formador de outros docentes tem da relação entre a educação e a sociedade.

Entre os relatos[6] de alguns participantes destacou-se uma formação docente mais voltada para as questões cognitivas e afetivas no curso de Pedagogia. Note-se o que diz uma professora: "A demanda social requer um professor preparado para intervir no desenvolvimento cognitivo e afetivo dos alunos, além da competência para realizar orientação familiar" (Professor 1)[7].

Alguns relatos indicam também um olhar otimista, porém, ingênuo[8] sobre a relação instituição escolar x sociedade, pois, quando questionados sobre suas preocupações e as finalidades do seu trabalho, e solicitados a escolher dentre algumas alternativas a que melhor representava seu pensamento sobre a instituição escolar e a formação dos pedagogos, dois deles escolheram a seguinte alternativa: a instituição escolar tem

[6] É necessário esclarecer que esse trabalho apresenta apenas um pequeno recorte de um estudo bem mais amplo de dissertação de Mestrado, inda em desenvolvimento, como explicitamos anteriormente.
[7] Optamos por trocar os nomes de todos os professores por números, para preservar as identidades.
[8] "O 'otimismo pedagógico', característica da Escola Nova, ganhou destaque na educação brasileira particularmente a partir de 1930 e atingiu seu auge por volta de 1960" (Saviani, apud Rios, 2007, p.37).

capacidade de mudar e melhorar a sociedade, na medida em que forma profissionais qualificados que com seu trabalho transformam a realidade social. As justificativas confirmam a hipótese da ingenuidade, como podemos perceber nas falas a seguir:

> "Realmente a instituição escolar tem essa capacidade (ou melhor, possibilidade) de criar meios para mudar e melhorar a sociedade, por meio da formação de professores qualificados para desenvolverem seu trabalho, preparando o aluno e suas famílias para a transformação da realidade pessoal e social. O agente de transformação social é a escola tendo como principal protagonista o professor reflexivo e crítico de sua própria formação acadêmica e prática profissional" (Professor 1).

> "O professor precisa acreditar na mudança, pois assim a sua atitude será sempre de reflexão e tomada de decisão para uma sociedade mais igualitária, verdadeira, sem tantos preconceitos e discriminações, onde a educação seja fator de interação social e não de distanciamento entre os indivíduos que tem acesso ao saber e aqueles que ficam na marginalidade" (Professor 8).

Sobre tais posições, temos, segundo Cortella (2006), "(...) uma concepção da relação entre Escola e Sociedade que é muito presente, muito comum entre os educadores e que foi dominante no Brasil e, mesmo com algumas superações, ainda persiste no dia-a-dia pedagógico; é aquela denominada como **otimista ingênuo"** (p.131).

Cortella (2006) acrescenta que:

> (...) Na relação com a sociedade, a compreensão é de que a Educação seria a alavanca do desenvolvimento e do progresso; a frase que resume isso é "*o Brasil é um país atrasado porque falta Educação; se dermos Escola a todos os brasileiros, o país sairá do subdesenvolvimento*" (p. 131).

Sobre isso, Rios (2007) explicita que esta tendência otimista e ingênua vê a instituição escolar "como algo fora da dinâmica social, como

impulsionadora desta dinâmica e acredita que, sendo espaço privilegiado de transmissão de cultura, a escola 'dá o tom' à sociedade" (p.37).

Neste sentido, "a escola seria o melhor dos remédios contra os males da sociedade" (Casali, apud Rios, 2007, p.37).

> Essa concepção é *otimista* porque valoriza a Escola, mas é *ingênua,* pois atribui a ela uma **autonomia absoluta** na sua inserção social e na capacidade de extinguir a pobreza e a miséria que não foram por ela originalmente criadas (Cortella, 2006, p. 132).

"Dêem-nos uma boa escola, e teremos a sociedade desejada", seria o seu slogan, segundo Rios (2007), ainda segundo essa autora, essa concepção de educação é "não apenas a concepção dominante em um momento particular da história da educação brasileira, mas permanece entre nós (...)" (p. 37).

Entretanto, a verbalização de outros professores demonstrou opiniões diferentes a respeito da relação entre a instituição escolar e a sociedade, ao escolherem a seguinte alternativa: a instituição escolar contém contradições, contribuindo para melhorar a sociedade ao mesmo tempo em que reproduz o que está estabelecido. Isso se confirma pelos relatos trazidos em alguns depoimentos:

> "Instituições de formação profissional são organizações complexas e contraditórias. Complexas porque a formação profissional é complexa devido a grande diversidade de conteúdo, posturas teórico-ideológicas, diferentes prioridades entre ensino, pesquisa e extensão, diversos interesses específicos dos docentes, recursos institucionais, e diversidade de interesse, compromisso e capacidade dos estudantes. Por tanto acredito que as instituições de formação em educação sempre serão contraditórias, apenas atingindo parcialmente uma variedade de propostas que simultaneamente estão presentes do currículos, programas e discursos dos profissionais que fazem parte dessas organizações" (Professor 2).

> "A instituição escolar, assim como a sociedade capitalista em que estamos inseridos, contém contradições, que concorrem tanto para produção da vida quanto para a produção da morte. A instituição escolar contribui sim para a manutenção e reprodução do já estabelecido, produzindo tanto conhecimento necessário à própria produção da sociedade capitalista como também, porque contraditória e em eterno conflito, oportunizando brechas para a produção de conhecimento necessário e válido para a produção de experiências coletivas e comunitárias que acenam para a produção de uma sociedade em que o bem-estar social seja um principio de respeito assumido por todos os seres humanos" (Professor 3).

> "É no espaço da contradição entre a reprodução e a produção de novas práticas que os objetivos da formação de pedagogos se concretiza, aliás, como ocorre com qualquer outro modo de formação institucionalizada: estamos sempre entre a tradição e o novo, entre as demandas urgentes da sociedade e a preparação a longo prazo de práticas inovadoras" (Professor 4).

> "Tanto acredito que a escola pode melhorar a sociedade e, quem sabe, muda-la em alguns aspectos, como também não posso negar que ela é uma instituição social que, como todas as outras, é contraditória. E, por ser contraditória, não é possível escapar dos movimentos de ir e vir que a constituem nem é possível achar que a escola, mesmo que esteja voltada às questões centrais do ensino, possa ser entendida autonomamente, desvinculada do jogo político-social mais amplo" (Professor 6).

Essa concepção contrapõe-se à vertente anterior, apoiando-se no que Cortella (2006), denomina como **otimismo crítico**. Essa postura surge, segundo ele, no anos 80, buscando resgatar a positividade da concepção anterior e "procurando superar tanto a fragilidade inocente contida no *otimismo* desenfreado quanto o imobilismo fatal presente no *pessimismo* militante" (Cortella, 2006, p.135).

> Essa concepção deseja apontar a natureza contraditória das instituições sociais e, aí, a possibilidade de mudanças; a Educação, dessa maneira, teria uma função conservadora e uma função

> inovadora ao mesmo tempo. A Escola pode, sim, servir para reproduzir as injustiças mas, concomitantemente, é também capaz de funcionar como instrumento para mudanças; as elites controlam o sistema educacional, controlando salários, condições de trabalho, burocracia, etc., estruturando, com isso, a conservação; porém, mesmo que não queira, a Educação por elas permitida contêm espaços de inovação a partir das contradições sociais. Não é casual que as elites evitem ao máximo a universalização qualitativa da Escola em nosso país (Idem, p. 136).

Para um *otimismo crítico*, o docente tem um papel sócio-político, já que sua atividade não é neutra nem totalmente circunscrita. A instituição escolar e os docentes têm, assim, certa *autonomia* no processo educativo.

> Nós educadores, estamos, dessa forma, mergulhados nessa dupla faceta; nossa autonomia é relativa e, evidentemente, nossa determinação também o é. Por isso, não é uma questão menor o pensar nossa prática nessa contradição; o prioritário, para aqueles que discordam da forma como a nossa Sociedade se organiza, é construir coletivamente os *espaços efetivos de inovação* na prática educativa que cada um desenvolve na sua própria instituição (Cortella, 2006, p.137).

Severino (2001) corrobora essas idéias, acrescentando que dependendo do *esclarecimento crítico* dos agentes educacionais e de seu compromisso político, estes podem criticar uma ideologia vigente, desmascará-la e gerar uma nova consciência entre os cidadãos.

> Nesse sentido, há uma relação visceral entre o processo educacional e o da sociedade. Existe uma pulsação no jogo entre as forças sociais e a educação. Isso ocorre de tal modo que, de um lado, a forma de organizar a educação reproduz integralmente a estruturação da sociedade; de outro lado, a atuação educacional pode ter efeitos desestruturadores, tornando-se fator de mudança social. Isso significa que o processo histórico depende também das ações dos sujeitos, sendo a educação uma mediação criadora e transformadora da história (Severino, 2001, p., 72).

Em alguns relatos, percebe-se a presença desse *esclarecimento crítico* sobre a formação docente, por parte de alguns professores, deixando transparecer uma maior consciência sócio-política do docente-formador, conforme atestam os depoimentos que se seguem:

> "Desejo desenvolver a capacidade critica do aluno, porém desenvolver esta capacidade critica munido com os instrumentos intelectuais para poder avaliar outros estudos. Por isso a formação implica numa formação rigorosa em teoria e em métodos de pesquisa, já que, estamos inseridos em áreas profissionais fundamentadas em pesquisas cientificas" (Professor 2).
>
> "Penso eu, que ao se compreender as conseqüências do ensino, do porque ensino o que ensino, do modo como se ensina o que se ensina, e as conseqüências do conhecimento que se ensina para os estudantes, acredito que o futuro professor poderá compreender o seu papel social enquanto um profissional da educação e compreender seu papel de educador em uma sociedade capitalista, que continuamente requisita sujeitos que se pensem e pensem com outros, nesta sociedade, com o intuito de produzir vida e bem-aventurança a todos os sujeitos que estão ao alcance de sua voz" (Professor 3).
>
> "Acredito que a escola não é A possibilidade de transformar, mas UM dos locais que podem contribuir com a transformação da sociedade" (Professor 5).

Assim, segundo Giroux (1988) "se por um lado, tais intelectuais ganham a vida dentro de instituições que desempenham um papel fundamental na produção da cultura dominante" (p. 40) . Por outro lado, eles podem definir "seu terreno político ao oferecerem aos estudantes discursos alternativos e práticas sociais críticas, cujos interesses estão freqüentemente em dissonância com o papel hegemônico da escola e com a sociedade que a mesma apóia" (Idem).

Alguns depoimentos, sobre a definição do *ser professor* demonstram uma postura menos crítica, se abstendo em responder essa questão, ou ainda, respondendo a questão de forma superficial e ingênua, dando respostas curtas e vagas:

> "É a possibilidade de levar conhecimento aos alunos colocando-se como mediador nesse processo. (...) É ser capaz de articular os aspectos teóricos apresentados pelas teorias psicológicas em sua prática pedagógica" (Professor 1).

> "Ser professor é ser mediador da relação entre os aprendizes e o conhecimento socialmente acumulado" (Professor 4).

> "É ser mediador na busca e construção do conhecimento, compreender as necessidades dos alunos e motivá-los" (Professor 8).

Outros depoimentos dos participantes revelam uma postura mais consciente, quando se referem ao que é *ser professor*, explicitado mais claramente o papel docente, como é o caso do relato a seguir:

> "Ser professor é continuamente estudar o assunto que se quer ensinar para poder seduzir o estudante para o conhecimento que apresentamos, no contexto de suas perguntas sobre o que quer conhecer acerca do que apresentamos como conhecimento. Mesmo sabendo, e compreendendo, que o que apresentamos é um modo do estudante conhecer e saber, e não necessariamente o melhor modo dele conhecer o que quer saber" (Professor 3).

> "Penso que esta não é uma resposta fácil... de qualquer forma, acredito que ser professor significa participar do processo ensino-aprendizagem na condição de ensinante. Ensinar não é transmissão de conteúdo, mas fornecer informações para que o aluno possa compreender e re-significar o fenômeno em questão. No ensino, não acredito em docência desvinculada da extensão e da pesquisa: é fundamental esta indissociabilidade" (Professor 5).

> "É exercer a função de ensinar seus alunos (no âmbito das instituições de ensino formal), isto é, disponibilizar a eles os conhecimentos gerados e acumulados acerca da área em que atua e em que deverá formá-los. Ser professor significa saber construir diálogo entre os interesses dos alunos com os conhecimentos que são necessários para a formação do futuro professor. Significa conseguir tornar tais conhecimentos

> relevantes para a vida do aluno de modo que ele reconheça a importância de se apropriar do campo de conhecimento em que o professor atua" (Professor 6).

No caso dos participantes da presente pesquisa, percebe-se que há diferenças significativas no que concerne à tarefa do docente-formador em seu trabalho de formação de outros docentes. A dimensão sócio-política como a entendemos e defendemos neste trabalho é ignorada por uns e percebida por outros, como contatamos nos relatos. Dessa forma, comprova-se a hipótese de que o trabalho de todo professor apresenta uma dimensão sócio-política, ainda que alguns não tenham clareza ou mesmo consciência dessa presença e dos aspectos que caracterizam a posição política implícita no seu próprio trabalho educacional, apresentando assim, um discurso ingênuo.

O que se conclui, em síntese, nessa primeira parte da pesquisa, é que se a práxis educativa é tomada como uma das modalidades da prática social e se é concretizada nessa práxis educativa uma ação intencionalmente crítica, programada e conduzida com clareza e com a finalidade de formar um professor mais consciente e crítico; torna-se explícito que o docente-formador que tem consciência dessa finalidade e da especificidade da ação educativa, promove em sua prática, várias ações condizentes com essa finalidade. Nesse movimento, os futuros pedagogos vão se formando e se orientando por meio de um processo de ensino-aprendizagem de sala de aula comprometido com uma posição política intrínseca ao ato pedagógico. Essa capacidade de vincular o *ato pedagógico* ao *ato político* é imprescindível ao educador para que se efetive no cotidiano da sala de aula, a cada momento, a cada procedimento, por mais simples que seja, *a tarefa sócio-política da educação*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões deste trabalho partiram do desafio da formação crítica do educador para sua tarefa sócio-política, procurando demonstrar que o educador tem, socialmente, a responsabilidade da práxis[9] educativa, ultrapassando o discurso ingênuo e atuando em direção a real transformação da realidade. Não como "salvador da pátria", mas como um profissional crítico e consciente de seu papel no contexto social. Essa é uma condição *sine qua non* para o pedagogo desenvolver uma prática educativa comprometida com a modificação do *status quo*. Dessa forma, "o pedagogo, fazendo 'prática social', está exercendo seu papel específico na sociedade, que é vincular o *ato educativo* e o *ato político*, a teoria e a prática da transformação" (Gadotti, 2005, p. 54).

Neste sentido, acreditamos que uma das tarefas básicas na formação crítica que queremos seja a presença consciente e clara da dimensão sócio-política da educação que os docentes-formadores desenvolvem. Só através desse viés crítico se desvelará a ingenuidade no processo educativo e se poderá *ad-mirar*[10] novos horizontes e possibilidades de ser e estar na educação, na instituição escolar e na sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORTELLA, M. S. (2006). **A escola e o conhecimento**: fundamentos epistemológicos e políticos. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire.

FERNANDES, F. (1987). A formação política e o trabalho do professor. In CATANI, D. B. et alli. (Orgs.). **Universidade, escola e formação de professores**. São Paulo: Brasiliense.

FREIRE, P. (2007). **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 12ª ed. São Paulo: Paz e Terra.

[9] Entendemos a práxis como atividade prático-crítica, inspirados em Marx (1980), na primeira das Teses Contra Feuerbach.

[10] Termo cunhado por Freire (2007, p. 43)

GADOTTI, M. (2005). **Educação e poder**: introdução à pedagogia do conflito. 14ª ed. São Paulo: Cortez.

GIROUX, H. (1997). **Os professores como intelectuais**: rumo a uma pedagogia crítica da realidade. Porto Alegre: ArtMed.

GIROUX, H. (1988). **A escola crítica e a política cultural**. 2ª ed. São Paulo: Cortez.

MANCEBO, D. (2007). Agenda de pesquisa e opções teórico-metodológicas nas investigações sobre trabalho docente. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 99, p. 466-482, maio/ago. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 27 fev. 2008.

MARR, W. L. (2006). **O que é política**. São Paulo: Brasiliense. (Coleção primeiros passos)

MARX, K. & ENGELS, F. (1980). **A ideologia alemã**. V. 2, 2ª ed. Lisboa: Moraes Editores.

RIOS, T. A. (2007). *Ética e competência*. 17ª ed. São Paulo: Cortez.

SEVERINO, A. J. (2003). Preparação técnica e formação ético-política dos professores. In: BARBOSA, R. L. L. (Org.). **Formação de educadores**: desafios e perspectivas. São Paulo: Ed. UNESP.

SEVERINO, A. J. (2001). **Educação, sujeito e história**. São Paulo. Olho d"Água.